

ADMINISTRAÇÃO: ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE ORGANIZACIONAL 2



**Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)**

Atena
Editora
Ano 2021

ADMINISTRAÇÃO: ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE ORGANIZACIONAL 2



**Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)**

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Administração: organização, direção e controle da atividade organizacional 2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração: organização, direção e controle da atividade organizacional 2 / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-971-4

DOI 10.22533/at.ed.714211204

1. Administração. 2. Estratégia. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro “Administração: Organização, Direção e Controle da Atividade Organizacional” é uma obra publicada pela Atena Editora e divide-se em dois volumes. Este segundo volume reúne um conjunto de vinte e três capítulos, em que são abordados diferentes temas que permeiam o campo da administração. Compreender os fenômenos organizacionais é o caminho para o avanço e a consolidação da ciência da administração, possibilitando a construção de um arcabouço teórico robusto e útil para que gestores possam delinear estratégias e tomar decisões eficazes do ponto de vista gerencial, contribuindo para a geração de valor nas organizações.

Nesse contexto, compreendendo a pertinência e avanço dos temas aqui abordados, este livro emerge como uma fonte de pesquisa rica e diversificada, que explora a administração em suas diferentes faces, uma vez que concentra estudos desenvolvidos em diferentes contextos organizacionais. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um material especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro visa ampliar o debate acadêmico, conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da administração. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!
Clayton Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

MOTIVAÇÃO E ENGAJAMENTO NA CAPACITAÇÃO INDUSTRIAL POR MEIO DA APRENDIZAGEM INFORMAL

Fernando Celso Garcia da Silveira

Rodrigo da Silva Monteiro

Marcus Brauer

Ettore de Carvalho Oriol

DOI 10.22533/at.ed.7142112041

CAPÍTULO 2..... 21

O ADVENTO DA MANUFATURA AVANÇADA: IMPLICAÇÕES E OPORTUNIDADES PARA A INDÚSTRIA TÊXTIL BRASILEIRA

Marcos de Carvalho Dias

DOI 10.22533/at.ed.7142112042

CAPÍTULO 3..... 31

MANUFATURA ENXUTA – UMA METODOLOGIA PARA MELHORAR O FLUXO DE VALOR NO CHÃO-DE-FÁBRICA

Manoel Carlos de Oliveira Junior

Marinilson Rodrigues da Silva

Hércules André da Costa e Silva

DOI 10.22533/at.ed.7142112043

CAPÍTULO 4..... 45

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO CRÍTICA DOS PARÂMETROS CONTROLE DE QUALIDADE DA INDÚSTRIA MOAGEIRA PARA UNIFORMIZAÇÃO NA ENTREGA DO PRODUTO FINAL

Nathaly Almeida de Oliveira

Andréa Pires Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.7142112044

CAPÍTULO 5..... 61

O DESENVOLVIMENTO DE UM GERENCIAMENTO DE PROJETO APLICADO A EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Tarcísio Gomes Parente Neto

José Nathan Pereira Torres

DOI 10.22533/at.ed.7142112045

CAPÍTULO 6..... 75

IDENTIFICAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DOS FATORES DE RISCO CRÍTICOS AOS CRONOGRAMAS DOS PROJETOS DE PEQUENAS EMPRESAS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Andrey Pimentel Aleluia Freitas

João Alberto Neves dos Santos

Nylvandar Liberato Fernandes de Oliveira

Joaquim Teixeira Netto

DOI 10.22533/at.ed.7142112046

CAPÍTULO 7..... 100

GERENCIAMENTO DE PROJETOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: UM ESTUDO DE CASO NAS CONSTRUTORAS DO SUDOESTE DO PARANÁ

Andressa Aparecida Zanrosso Kerkhoff

Cleunice Zanella

Evandro Juttel

DOI 10.22533/at.ed.7142112047

CAPÍTULO 8..... 118

PROGRAMA 5S APLICADO EM LABORATÓRIOS DA FATEC/SP

Isaura Maria Varone de Moraes Cardoso

Luiz Antônio de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.7142112048

CAPÍTULO 9..... 126

A IMPORTÂNCIA DOS TESTES FÍSICOS NO PAPEL

Rayson Messias dos Anjos Schrederhof

DOI 10.22533/at.ed.7142112049

CAPÍTULO 10..... 128

USO DO AHP PARA DEFINIÇÃO DO SEQUENCIAMENTO DE PARTIDA E OPERAÇÃO DE UNIDADES DE PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL COM ROBUSTEZ ESTATÍSTICA

Fábio Muniz Mazzoni

André da Silva Barcelos

Ana Paula Barbosa Sobral

DOI 10.22533/at.ed.71421120410

CAPÍTULO 11..... 143

GOVERNANÇA NO TERRITÓRIO, O CASO DO APL DE HORTICULTURA DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE

Amilcar Baiardi

Bartholomeu Tadeu Rebouças

DOI 10.22533/at.ed.71421120411

CAPÍTULO 12..... 163

A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA NA EXPANSÃO DE EMPRESAS

Matheus Henrique de Lala Burity

DOI 10.22533/at.ed.71421120412

CAPÍTULO 13..... 168

SUMAK KAWSAY: DE LA RESISTENCIA A LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, LA CONSERVACIÓN Y EL FORTALECIMIENTO COMUNITARIO. UN CASO DE ESTUDIO EN ECUADOR

Carmen Amelia Coral-Guerrero

Elena Burgaleta Pérez

María Elena Pulgar Salazar
DOI 10.22533/at.ed.71421120413

CAPÍTULO 14..... 179

MÉXICO E COREIA: TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO, 1950-2017

Elías Gaona Rivera

DOI 10.22533/at.ed.71421120414

CAPÍTULO 15..... 191

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MERCADO DE TRABALHO FORMAL: UMA ANÁLISE NA REGIÃO DO VALE DO PARANHANA/RS A PARTIR DA REFORMA TRABALHISTA (LEI N. 13.467/2017)

Camila Macedo Thomaz Moreira

DOI 10.22533/at.ed.71421120415

CAPÍTULO 16..... 202

A INTERDISCIPLINARIDADE DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES: UM OLHAR DECOLONIAL

Ana Lúcia Schmidt Castelo

Claudia Maria Abreu Campos

DOI 10.22533/at.ed.71421120416

CAPÍTULO 17..... 217

DIAGNÓSTICO EMPRESARIAL: O ESTUDO DE CASO DA EMPRESA NANE STONES

Lucas Lixa Campos

Paulo Roberto do Amaral Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.71421120417

CAPÍTULO 18..... 234

DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO DE REFRIGERAÇÃO

Adriana Georgea da Silva Gabriel

DOI 10.22533/at.ed.71421120418

CAPÍTULO 19..... 239

APLICACIÓN DE LA ADMINISTRACIÓN ESTRATÉGICA A UNA MYPE EN CIUDAD VALLES, S.L.P.

León Donizetty Olivares Bazán

Ana Diana Betancourt Enríquez

Pablo Martínez González

Jessica Ivonne Hinojosa López

DOI 10.22533/at.ed.71421120419

CAPÍTULO 20..... 253

O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS

Fábio Silveira Bonachela

Henrique Lorenzetti Ribeiro de Sá

DOI 10.22533/at.ed.71421120420

CAPÍTULO 21	260
ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO CULTURAL	
Jéssica Monique Cordeiro Sobral	
Daniele dos Santos Ramos Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.71421120421	
CAPÍTULO 22	269
ANÁLISIS DE LOS FACTORES QUE DETERMINAN EL CÁLCULO DE TARIFAS EN LOS ESTABLECIMIENTOS HOTELEROS DE PRIMERA, SEGUNDA Y TERCERA CATEGORÍA EN LA CIUDAD DE LOJA	
María Gabriela Suasnavas-Rodríguez	
Luz Clara Gonzaga-Vallejo	
DOI 10.22533/at.ed.71421120422	
CAPÍTULO 23	284
ANÁLISE DOS REPASSES DE RECURSOS FINANCEIROS FEDERAIS DO CARTÃO DE PAGAMENTO DE DEFESA CIVIL	
Robson Luís do Nascimento	
Airton Bodstein de Barros	
Daniela da Cunha Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.71421120423	
SOBRE O ORGANIZADOR	300
ÍNDICE REMISSIVO	301

CAPÍTULO 15

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MERCADO DE TRABALHO FORMAL: UMA ANÁLISE NA REGIÃO DO VALE DO PARANHANA/RS A PARTIR DA REFORMA TRABALHISTA (LEI N. 13.467/2017)

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 15/01/2021

Camila Macedo Thomaz Moreira

Faculdades Integradas de Taquara – Faccat
Taquara-RS
<http://lattes.cnpq.br/8742740929035275>

RESUMO: Este trabalho se propõe a analisar o desenvolvimento regional e o mercado de trabalho formal na região do Vale do Paranhana/RS a partir da Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017). Desde a publicação da nova lei o tema vem causando discussões importantes, já que a busca por esse instrumento regulador resultou da gradativa modernização das relações de trabalho, da necessidade de combater o desemprego e da crise econômica no Brasil. Assim, a análise da evolução do emprego formal regional pode auxiliar na compreensão das possibilidades de desenvolvimento e alternativas para a valorização de sua potencialidade, bem como indicar possíveis ações em busca de benefícios coletivos. O presente tema mostra-se de grande importância para iniciar um debate e não encerrar com conclusões definitivas, sobre os impactos gerados a partir da Reforma Trabalhista no mercado de trabalho formal na região sob análise, principalmente tendo em vista as transformações econômicas pelas quais vem passando essa região nos últimos tempos, especialmente pelo desempenho menos favorável do setor calçadista. A presente pesquisa

é exploratória e bibliográfica, assumindo a forma de um estudo de caso. Como resultados, verificou-se que as promessas da nova legislação não trouxeram os efeitos desejados em relação à geração de novos postos de emprego formal, mas sim a precarização das relações laborais. Além disso, trouxe insegurança jurídica na atuação dos tribunais para colocar as mudanças em prática.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Regional, Mercado de trabalho, Lei n. 13.467/2017, Reforma Trabalhista.

REGIONAL DEVELOPMENT AND FORMAL LABOR MARKET: NA ANAYSIS IN THE PARANHANA/RS VALLEY REGION FROM THE LABOR REFORM (LAW N. 13.467/2017)

ABSTRACT: This work aims to analyze regional development and the formal labor market in the region of Vale do Paranhana/RS from the Labor Reform (Law n. 13.467/2017). Since the publication of the new law, the issue has caused important discussions, since the search for this regulatory instrument resulted from the gradual modernization of labor relations, the need to combat unemployment and the economic crisis in Brazil. Thus, the analysis of the evolution of regional formal employment can help in understanding the possibilities of development and alternatives for the valorization of its potential, as well as indicating possible actions in search of collective benefits. The present theme is of great importance to start a debate and not end with definitive conclusions, about the impacts generated from the Labor Reform in the formal

labor market in the region under analysis, mainly in view of the economic transformations that it has been going through this region in recent times, especially due to the less favorable performance of the footwear sector. The present research is exploratory and bibliographic, taking the form of a case study. As partial results, it was found that the promises of the new legislation did not bring the desired effects in relation to the generation of new formal jobs, but the precariousness of industrial relations. In addition, it brought legal uncertainty in the performance of the courts to put the changes into practice.

KEYWORDS: Regional development, Job market, Law no. 13,467 / 2017, Labor Reform.

1 | INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por finalidade a obtenção de dados e informações que auxiliem na busca de benefícios para a região do Vale do Paranhana/RS (VP).

O tema mercado de trabalho apresenta relevância no contexto do desenvolvimento de uma região e gera grandes desafios tanto para a sociedade quanto para os entes estatais. Aliás, o desenvolvimento econômico regional ocorre por meio de empregos, sendo que o emprego é transformador social, político e econômico.

Tendo em vista as recentes modificações da legislação trabalhista, por meio da Lei n. 13.467/2017, buscou-se analisar quais os efeitos gerados a partir da Reforma Trabalhista no emprego formal da região do Vale do Paranhana/RS.

O assunto é polêmico e, a partir da publicação dessa nova legislação, vem causando discussões importantes, já que a busca por esse instrumento regulador resultou na gradativa modernização das relações de trabalho e diante da necessidade de combater o desemprego e a crise econômica no Brasil.

Observa-se que a Região do VP pertence ao Corede¹ Paranhana Encosta da Serra/RS (Corede-PES), sendo constituída pelos municípios de Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas, distribuindo-se ao longo das RS 239 e RS 115.

A presente pesquisa, quanto aos objetivos, é exploratória, assumindo a forma de um estudo de caso. Quanto aos procedimentos técnicos essa se caracteriza por ser uma pesquisa bibliográfica e documental, por meio de consulta de dados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do período de 2016 a 2019, e pela análise da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do período de 2016 a 2018². Ainda, foi realizada análise de dados em relação à densidade demográfica da região examinada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O trabalho se organiza em quatro partes. Após essa breve introdução, que corresponde à primeira seção, apresentam-se algumas considerações sobre o mercado

1. Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES, criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. O Estado conta, atualmente, com 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Disponível em <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>>. Acesso em 01/10/2020.

2. A análise de dados da RAIS foi limitada ao ano de 2018, em decorrência de que esse é o ano limite de dados disponíveis.

de trabalho formal, o desenvolvimento regional e a Reforma Trabalhista. Em seguida, a terceira seção exibe a análise dos indicadores do mercado de trabalho formal na região investigada e os impactos gerados a partir da implementação da nova legislação e expõe os resultados e discussões a partir dos dados coletados, confluindo para as considerações finais, correspondente à quarta seção.

21 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO FORMAL, O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A REFORMA TRABALHISTA (LEI N. 13.467/2017)

O funcionamento do mercado de trabalho vem ocupando cada vez mais espaço nas discussões nacionais, sendo que ele sempre esteve ligado ao movimento geral da estrutura produtiva, a qual se transforma e também é modificada por fatores estruturais e conjunturais, principalmente em períodos de crise econômica (MATTEI, 2018).

O mercado de trabalho brasileiro, desde a década de 1990, tem apresentado variações importantes quanto ao volume do emprego e quanto à qualidade dos mesmos.

Ao final do século XX o desemprego cresceu fortemente em diversas partes do mundo. Para Pochmann (2018, p. 20) “a elevação do desemprego em massa se transformou na principal referência relativa ao decréscimo do nível de atividade econômica no Brasil entre o segundo trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2018”, devido a mais grave recessão registrada no país desde a década de 1930.

Na região do Vale do Paranhana/RS, particularmente, a partir da crise desencadeada no setor coureiro-calçadista com o aumento da produtividade chinesa que se instalou desde 2004, com o movimento de valorização do real e com a crise financeira internacional de 2008, houve algumas importantes alterações no mercado de trabalho (CALANDRO e CAMPOS, 2013).

O crescimento da economia e o emprego formal são variáveis cuja importância influenciam na formação e análise de um contexto econômico. De acordo com Dallabrida (2000) a maximização do emprego é o principal objetivo para o desenvolvimento de uma região, sendo considerado elemento estruturante da sociedade.

Nesse contexto, o mercado de trabalho tem a missão de fazer a ponte entre a procura por mão-de-obra e a oferta de trabalho (CARDOSO JR., 2007). É de suma importância, portanto, que esse vínculo esteja funcionando perfeitamente, caso contrário, o crescimento econômico pode causar impactos negativos sobre os empregos ou, ainda, os investimentos em educação e novas tecnologias podem não significar ganhos de produtividade e melhores salários.

Além disso, o funcionamento do mercado de trabalho pode ser afetado pelas instituições, como é o caso dos tribunais trabalhistas; pelas regulamentações, a exemplo das normas que regem a demissão de trabalhadores e pelas intervenções estatais, como os programas de seguro-desemprego (MENEGUIN, 2010).

Neste cenário, a legislação trabalhista brasileira, que foi editada em 1943 passou a ser considerada obsoleta e responsável pela crise econômica, por gerar insegurança jurídica e não estimular contratações.

No entanto, pode-se considerar que esse discurso não contempla o baixo dinamismo da economia brasileira nos últimos anos como ator fundamental para a geração de postos formais de trabalho, uma vez que

A legislação brasileira tem sido apontada por parte dos especialistas em questões de mercado de trabalho como um empecilho à maior absorção de mão-de-obra pelas empresas no Brasil. (...) Sem querer negar a importância dessa discussão, cabe salientar, contudo, que em primeiro lugar, isso afeta mais o mercado de trabalho formal que o nível de emprego como um todo e, em segundo, que a legislação trabalhista não se tornou mais rígida nos últimos anos, motivo pelo qual é pouco provável que ela seja a causa principal do aumento do desemprego depois de 1995. (PINHEIRO et al, 1999, p. 32).-

Nesse ínterim, em novembro do ano de 2017, foi aprovada a Reforma Trabalhista no Brasil, através da Lei n. 13.467/2017³, com a promessa de geração imediata de 2 milhões de empregos (MATTEI, 2018). Ela foi discutida e aprovada sob a égide da modernidade, com o intuito de empregabilidade e como uma forma de contornar o atual momento de crise que o Brasil está passando. Buscou-se modernizar a legislação trabalhista brasileira, alterando o equilíbrio existente entre a proteção dos trabalhadores e a liberdade dos empregadores (CAMPOS, 2017), na medida em que aumentou a importância do acordo entre as partes e flexibilizou as normas de proteção ao trabalhador.

Ademais, essa peça legislativa alterou 201 pontos da lei trabalhista e trouxe a regulamentação de novas relações de trabalho, no sentido de estimular a resolução de conflitos por negociação, à medida que desestimularia o uso da Justiça do Trabalho assim como buscou introduzir em nosso ordenamento o princípio da intervenção mínima do Estado na autonomia da vontade coletiva, passando a prevalecer, na maioria dos casos, o acordado sobre o legislado (CARVALHO; CARVALHO NETO; GIRÃO, 2017).

De acordo com Campos (2017, p. 09) a Reforma Trabalhista possui diversos objetivos, entre os quais se pode ressaltar, a diminuição:

i) da rotatividade; ii) da subutilização (sob a forma de desemprego ou ainda sob outra forma); iii) da informalidade; iv) dos custos; e v) dos conflitos associados. Também é possível mencionar, entre os objetivos, o aumento da produtividade do trabalho e da contratação coletiva.

Para alcançar esses objetivos, são muitas as iniciativas propostas pela “reforma”, sendo destacadas, nesse estudo, somente algumas das principais resoluções, tais como a prevalência da negociação coletiva sobre a legislação laboral para fins de flexibilização da

3. Resultado da aprovação do Projeto de Lei – PL n. 6.787/2016. Foi apresentada pelo Executivo em 23/12/2016 e aprovada rapidamente pelo Congresso: foram quatro meses na Câmara dos Deputados e menos de três meses no Senado Federal.

jornada de trabalho (artigo 611-A, itens I, II, X e XI da CLT) e da remuneração (itens V, IX, XIV e XV); a criação de diversos contratos atípicos, como o trabalho intermitente (artigo 443 da CLT) e o trabalho remoto (teletrabalho), assim como a modificação de alguns contratos já existentes; a previsão de uma nova modalidade de extinção dos contratos de trabalho, por meio de acordo entre empregado e empregador e a eliminação da obrigatoriedade da contribuição sindical (CARVALHO, 2017).

Alguns autores, como Massaro (2018) acreditam que era necessária uma flexibilização na lei trabalhista brasileira, no entanto, não da maneira como foi traduzida pelo legislador reformista, ou seja, repleta de desconexões com princípios trabalhistas, tratados internacionais e até afronta a Constituição Federal.

A nova legislação de relações laborais é bastante ampla e, ao mesmo tempo, obscura, acarretando muitas inseguranças, sendo a principal delas a insegurança jurídica na atuação dos tribunais (RODRIGUES e MELO, 2017), uma vez que estes devem decidir os conflitos sob a luz dessas mudanças legislativas. Essas obscuridades foram objeto de inúmeros questionamentos perante o Supremo Tribunal Federal (STF), em ações diretas de inconstitucionalidade.

Silva (2017), a partir de seus estudos, evidencia que o grau de rigidez da lei do trabalho explica muito pouco da variação dos indicadores econômicos, razão pela qual não se pode atribuir a legislação trabalhista a responsabilidade pela crise econômica brasileira.

Guimarães Junior e Silva (2020, p. 153) acreditam que a Reforma Trabalhista parece ampliar as desigualdades na regulação laboral, na medida em que

(...) os fundamentos da chamada Reforma Trabalhista aprofundam o cenário de precarização social do trabalho no contexto brasileiro e estão acompanhados, conseqüentemente, de efeitos deletérios para a classe trabalhadora no que tange, particularmente, aos seus mecanismos de proteção social, saúde e organização coletiva.

Carvalho, Carvalho Neto e Girão (2017) defendem que a flexibilização das normas de proteção do trabalhador não caracteriza desregulamentação, pois continuam sendo mantidos direitos sociais constitucionalmente previstos e regulados pelo Direito do Trabalho, mas apresenta-se como uma tendência e uma perspectiva para a garantia do controle econômico.

Em sentido contrário, Moreira e Souza (2018) afirmam que a Reforma Trabalhista colaborou para uma maior deterioração do trabalho no Brasil, na medida em que retira direitos conquistados do trabalhador e lhe traz mais insegurança, enquanto amplia a liberdade do empregador em impor as condições de contratação.

Confrontam-se apoiadores e opositores à flexibilização da lei que regulamenta o trabalho com base em convicções teórico-jurídicas ou econômicas, avaliando as vantagens e desvantagens dessas mudanças, no entanto, há de se considerar que essa alteração nas normas trabalhistas poderá conduzir um retrocesso social, pois emerge em um contexto

conturbado de crise econômica, política e institucional no Brasil, sendo imposta sob o argumento de que o aumento do desemprego se dá pelo excesso de proteção trabalhista (MATTEI, 2018).

Os defensores, muitas vezes ligados ao setor empresarial, entendem, ser a flexibilização o milagre para ajustar a legislação do trabalho às novas exigências e condições fáticas e competitivas impostas pela dinâmica do capitalismo contemporâneo, pelo acirramento da concorrência internacional, pela revolução tecnológica e pela globalização da economia, assim como pela desregulamentação fracionada do mercado de trabalho, de capitais e de bens e de serviços.

Por outro lado, os opositores combatem a tese da flexibilização ao argumento de que esta não seria suficiente para concretizar o seu intento, principalmente, o de travar o desemprego, garantir o aumento de empregos com a criação de postos de trabalho, aumentar o crescimento socioeconômico para possibilitar uma melhor redistribuição de renda. Pelo contrário, acreditam que seria a verdadeira opressão da classe trabalhadora posta a serviço do mercado, enquanto deveria o mercado ser posto a serviço da coletividade.

Eles entendem que a flexibilização representaria a vitória da autonomia privada, individual ou coletiva, sobre o interesse público-social que permeiam as relações de trabalho, desumanizando a prestação de trabalho por meio da precarização das condições laborais, perdendo, portanto, o Direito do Trabalho, umas de suas precípua e centrais funções, quais sejam, a protetiva e a civilizatória-democrática.

Como diria Krein e Colombi (2019), à dita Reforma potencializa o ajustamento da força de trabalho às necessidades do empregador, precarizando as relações de trabalho e transferindo para os trabalhadores os riscos implícitos à sua empregabilidade.

3 | UMA BREVE ANÁLISE SOBRE OS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NA REGIÃO DO VALE DO PARANHANA/RS – BRASIL E OS IMPACTOS GERADOS A PARTIR DA REFORMA TRABALHISTA (LEI N. 13.467/2017)

O Corede Paranhana Encosta da Serra (CVPES) é composto por duas microrregiões distintas na organização geográfica e administrativa. A microrregião, a qual será objeto de análise nesse estudo, é a do Paranhana, sendo formada pelos municípios de Igrejinha, Parobé, Rolante, Riozinho, Taquara e Três Coroas, e distribui-se ao longo das RS 239 e RS 115, localizada na região das Hortênsias e o Litoral Norte, como se pode ver na ilustração a seguir.



Figura 1 – Localização dos municípios do CVPES no Estado do Rio Grande do Sul/Brasil

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE.

Uma vez exposto o local pesquisado, na tabela 1, consta a variação da população desses municípios, entre os anos de 2010 e 2019, com base no último censo demográfico realizado oficialmente no país, e o crescimento dos municípios, quando levada em consideração a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Município	População (CENSO 2010)	População (ESTIMADA 2010)	# População	% Variação População
Igrejinha	31.660	36.889	5.239	24,49
Parobé	51.502	58.272	6.770	31,64
Riozinho	4.330	4.653	323	1,50
Rolante	19.485	21.349	1.864	8,7
Taquara	54.643	57.466	2.823	13,19
Três Coroas	23.848	28.220	4.372	20,43
Total	185.468	206.849	21.391	100,00

Tabela 1 – Variação demográfica dos municípios da região do Vale do Paranhana (2010-2019)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE Cidades (2019).

Com base na tabela apresentada, verifica-se que a densidade demográfica é mais evidente nos municípios de Taquara, Três Coroas, Parobé e Igrejinha, sendo estes dois últimos os que registraram maior aumento populacional entre os anos de 2010 e 2019.

Na sequência, de forma resumida, apresentam-se os resultados obtidos a partir de consulta de dados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), levando-se em consideração o período de 2016 a 2019 (tabela 2) e, pela análise da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do período de 2016 a 2018 (tabela 3).

Ano	Admissão	Demissão
2016	5.299	5.252
2017	5.286	4.961
2018	5.162	5.586
2019	4.994	5.132

Tabela 2 – Resultado geral do emprego formal da região do Vale do Paranhana/RS (2016-2019)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CAGED⁴.

Ano	Vínculos ativos
2016	47.778
2017	47.303
2018	46.245

Tabela 3 – Resultado geral do emprego formal da região do Vale do Paranhana/RS (2016-2018)

Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS.

Em relação à evolução do emprego formal na região analisada, os resultados demonstram que não houve aumento em relação à geração de novos postos de emprego formal e diminuição do desemprego após a implementação da Reforma Trabalhista.

Em termos gerais, verifica-se que as políticas de reduções dos direitos sociais como instrumento para recuperar o emprego, implementadas pela Reforma Trabalhista, têm se mostrado enganosas e ineficazes.

Em razão disso, pensar na intensificação de políticas públicas para o emprego deve ser uma situação essencial com vista ao desenvolvimento dos municípios, dos estados e do país.

4. Na análise dos dados foram desconsiderados os desligamentos dos aposentados e mortos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parte inicial deste artigo visou contextualizar o mercado de trabalho formal com o desenvolvimento regional e a Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017). Em seguida, situou-se o leitor acerca do local selecionado para a investigação científica dos seus autores. Por fim, foram expostos os indicadores do mercado de trabalho formal da região sob análise e os impactos gerados a partir da implementação da nova legislação.

Pontua-se que não se procurou argumentar aqui que não havia a necessidade de alterações na legislação trabalhista, mas pondera-se que a Reforma Trabalhista veio como ferramenta para atender a ânsia da produção capitalista ao invés de honrar pela defesa dos direitos sociais, afetando negativamente a dinâmica econômica e a geração de empregos, além de tornar precárias as relações laborais (trabalho em condições piores do que as anteriores, com salários menores e menos benefícios).

Percebeu-se que a nova legislação do trabalho não foi suficiente para concretizar o seu intento, principalmente, o de travar o desemprego, garantir o aumento de empregos com a criação de postos de trabalho, aumentar o crescimento socioeconômico para possibilitar uma melhor redistribuição de renda.

Por esse motivo, entende-se que o desafio é amplo e complexo, sendo que a partir dos resultados da presente pesquisa, defende-se que o que gera emprego é investimento público e não precarização de direitos do trabalhador hipossuficiente, razão pela qual expõem-se algumas sugestões de ações públicas, tais como a criação de incentivos ao emprego, capacitando os trabalhadores ou incentivando o empreendedorismo (COSTIN, 2010), identificação das potencialidades de cada município e análise dos gargalos produtivos, bem como a elaboração de estudos sobre quais são os segmentos mobilizadores deste território.

Considera-se que as ações descritas acima, uma vez adotadas pelas prefeituras da região do VP, podem trazer muito mais melhorias na geração de empregos e beneficiar toda a população, ao invés de apenas modificações na legislação laboral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. _____. Lei N° 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, e as Leis n° 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>. Acesso em agosto/2020.

COREDES. Corede Encosta Vale do Paranhana. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>>. Acesso em 01/10/2020.

CALANDRO, Maria Lucrécia; CAMPOS, Sílvia Horst. **Arranjo Produtivo Local calçadista Sinos Paranhana**. Relatório I. Porto Alegre: FEE, 2013. Relatório do Projeto Estudo de Aglomerações Industriais e Agroindustriais no RS. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/publicacoes/relatorios/>>. Acesso em 16/10/2019.

CAMPOS, André Gambier. **A atual reforma trabalhista: possibilidades, problemas e contradições**. Revista IPEA, Texto para Discussão 2350, Rio de Janeiro: dezembro de 2017.

CARDOSO JR., J. C. **De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal**. Brasília, IPEA, 2007. (“Texto para Discussão n. 1310”). Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1310.pdf>. Acesso em 17/10/2019.

CARVALHO, Alexander Perazo Nunes de; CARVALHO NETO, Abimael Clementino Ferreira de; GIRÃO, Henrique Andrade. **A reforma trabalhista como consequência da necessidade de flexibilização das relações de trabalho diante da evolução da sociedade**. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 49-66, set./dez. 2017.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. **Uma visão geral sobre a Reforma Trabalhista**. Revista IPEA, Mercado de Trabalho, 63, 2017.

CASTRO, Lavinia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Elsevier, 2005.

COSTIN, Cláudia. **Administração pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **O Desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas**. Ijuí: Unijuí, 2000.

FILHO, José Sarto Fulgêncio de Lima; PEREIRA, Eddla Karina Gomes Pereira. **Precarização das relações laborais: análise crítica sobre as disposições do teletrabalho na lei 13.467/2017**. Revista de Direito da universidade de Viçosa, Minas gerais, v.12, n.01, 16/03/2020, ISSN 2527-0389.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE (2017), **Mapa do Vale do Paranhana**, Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Paranhana-Encosta+da+Serra>>. Acesso em: 20/10/2018.

GODINHO, Mauricio Delgado. **Curso de Direito do Trabalho**: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019.

GUIMARÃES JUNIOR, Sérgio Dias; SILVA, Elaine Barbosa da. **A “Reforma” Trabalhista brasileira em questão: reflexões contemporâneas em contexto de precarização social do trabalho**. Farol Revista de estudos organizacionais e sociedade. V. 7, n. 18. Belo Horizonte, abril de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2020.

KREIN, José Dari; COLOMBI, Ana Paula Fregnani. **A reforma trabalhista em foco: Desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário.** Educ. Soc., Campinas, v.40, e0223441, 2019.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **A “reforma” trabalhista gerou os efeitos pretendidos.** Disponível em <https://www.jorgesoutomaior.com/blog/a-reforma-trabalhista-gerou-os-efeitos-pretendidos#_edn2> . Acesso em 20/10/2019.

MATTEI, Lauro. **Emprego e desemprego em tempos de crise econômica e de reforma trabalhista.** Revista NECAT. Ano 7. Nº 13, Santa Catarina, Janeiro – Junho de 2018.

MASSARO, Rubens Luiz Schmidt Rodrigues. **As Mudanças do Prêmio na Reforma Trabalhista – Crítica Dogmática.** Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária. Ano 29, n. 354, Dezembro 2018.

MENEGUIN, Fernando. B. **O funcionamento do mercado de trabalho e as políticas públicas para a criação de emprego.** Agenda Legislativa para o Desenvolvimento Nacional. Brasília: Senado Federal, 2010. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/agenda-legislativa/capitulo-23-o-funcionamento-do-mercado-de-trabalho-e-as-politicas-publicas-para-a-criacao-de-emprego/view>>. Acesso em 03/11/2019.

Ministério do Trabalho e Previdência Social. Programa de Disseminação de Estatística do Trabalho. **Caged Estabelecimento.** Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/cagedestabelecimento/pages/consulta.xhtml#topo>>. Acesso em: 01/10/2020.

Ministério do Trabalho e Emprego. Rais Vínculos. Disponível em <<http://bi.mte.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi>>. Acesso em 01/10/2020.

MOREIRA, Eugenio Eduardo Pimentel; SOUSA, Antônia de Abreu. **A reforma trabalhista e a disputa pela regulação do direito do trabalho no Brasil.** Revista Labor. Fortaleza/CE, jul/dez 2018 nº 20, Vol. 01.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio; GOSTKORZEWICZ, Joana. **O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90.** 1. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

POCHMANN, Marcio. **Desempenho econômico conjuntural e a situação recente do trabalho no Brasil.** Revista NECAT. Ano 7. Nº 13, Santa Catarina, Janeiro – Junho de 2018.

RODRIGUES, Isabella Stroppa; MELO, Júlia Carla Duarte. **Reforma trabalhista: precarização das relações de trabalho diante da perspectiva instaurada pelas novas regras celetistas através da Lei 13.467/2017.** Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior. V. 8, n 2, Juiz de Fora, julho a dezembro, 2017.

SILVA, Sandro Pereira. **A estratégia argumentativa da Reforma Trabalhista no Brasil à luz de dados internacionais.** Revista IPEA, Mercado de Trabalho, 64, 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

SÍMBOLOS

5S 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125

A

Ações de Resposta 77, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 294, 295, 296, 297

AHP 82, 87, 88, 94, 128, 129, 130, 133, 138, 139, 140, 141

Arrebatamento 126, 127

Atrasos em Projetos 75, 78, 79, 81, 84

C

Cálculo de Tarifas 269, 280, 281

Capacidade Produtiva 206, 253

Capitalismo 196, 202, 204, 210, 211, 212, 213, 214

Categoria 250, 269, 270, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

Cenários 154, 217, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 229, 230, 231, 234, 235, 236, 237

CEPAL 190, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 214, 215, 216

Comunidad 168, 171, 173, 176, 178

Construção Civil 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 81, 82, 83, 92, 94, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 109, 112, 115, 116, 226

Cultura 7, 76, 80, 85, 122, 123, 150, 152, 161, 175, 203, 204, 222, 256, 260, 263, 265, 266, 267, 268

D

Desastre 284, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 295, 296

Desenvolvimento Regional 191, 192, 193, 199, 200, 286, 287, 297

E

Economia de Escala 31

Economia do Conhecimento 179, 180, 183, 184, 186, 189

Economia Política 30, 202, 204, 210, 211, 214, 215

Ecuador 168, 169, 174, 175, 176, 251, 269, 270, 272, 273, 280, 282

Empendedor 239, 243, 244, 251

Estratégia 44, 45, 58, 112, 144, 152, 201, 223, 224, 230, 232, 233, 234, 235, 253, 256, 257, 258, 260, 261, 263, 265, 267, 268

Expansão 163, 165, 166, 180, 212, 254, 265

F

Farinha 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60

Fatores de Risco 75, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 87, 92, 93, 94, 95

Fluxo de Valor 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43

Forças de Porter 217

G

Gás Natural 128, 129, 133, 135, 136, 142

Geografia 157, 161, 162, 163, 164, 165, 192, 197, 200, 289, 297

Geomarketing 163, 164, 165, 166, 167

Gerenciamento de Projetos 75, 100, 101, 102, 104, 105, 114, 115, 116, 117

Gestão de Riscos 75, 78, 79, 288, 289, 298, 299

Gestão de Suprimentos 61, 62, 63, 64, 66, 72

Glúten 45, 46, 47, 51, 52, 55, 56, 58, 59

Governança 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 160, 161, 162

H

Horticultura 143, 144, 145, 160

Hoteles 246, 252, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 283

I

Indicação Geográfica 143, 155, 159, 160, 161

Indicadores Hoteleros 269

Indígenas 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 177

Indústria Têxtil 21, 26, 27, 28

Inovações 21, 22, 24, 25, 26, 102, 103, 144, 160, 179, 200, 254

Internacionalização 206, 253, 254, 255, 256, 260, 261, 262, 264, 265, 266, 267, 268

L

Laboratórios 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

Loja 228, 269, 270, 272, 273, 274, 278, 279, 280, 282

M

Manufatura Avançada 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29

Maria da Conceição Tavares 202, 203, 204, 205, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216

Medição do Conhecimento 179

Melhoria Contínua 33, 109, 118, 119, 123

Mercado de Trabalho 118, 122, 123, 164, 191, 192, 193, 194, 196, 199, 200, 201
Microempresa 217, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251
Modelos Econômicos 179

P

Papel 2, 33, 35, 126, 127, 147, 148, 151, 154, 165, 173, 175, 183, 206, 248
Planejamento 9, 10, 12, 67, 74, 151, 153, 154, 217, 218, 219, 233, 234, 237, 259, 264, 268
Planejamento Estratégico 63, 67, 70, 72, 217, 218, 219, 220, 221, 228, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 254, 257, 259
PMBOK 78, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 116, 117
Produção Enxuta 116, 128, 129, 135, 137

Q

Qualidade 6, 23, 25, 27, 32, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 54, 58, 59, 60, 65, 80, 85, 97, 100, 101, 102, 103, 107, 109, 110, 115, 116, 118, 119, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 140, 143, 156, 159, 160, 162, 182, 183, 188, 193, 222, 228, 229, 230, 232, 237, 253, 255, 265, 289, 291

R

Rasgo 126, 127
Recursos Financeiros 78, 101, 121, 284, 286, 287, 295, 296
Reforma Trabalhista 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201
Reológica 45, 47
Resistencia 137, 168, 170, 172, 173, 175, 176
Robustez Estatística 128, 130, 140
Ruído Branco 128, 130, 137, 140

S

Software 9, 61, 62, 63, 67, 70, 105, 138, 165, 166, 265
Sumak Kawsay 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178
SWOT 217, 222, 224, 225, 229, 230, 231, 232, 236

T

Território 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 160, 162, 167, 199, 254
Tomada de Decisão 128, 129, 130, 140, 146, 147, 234, 237, 263, 266, 267
Trabalho em Equipe 31
Tração 126, 127

Trigo 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60

ADMINISTRAÇÃO: ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE ORGANIZACIONAL 2

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ADMINISTRAÇÃO: ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE ORGANIZACIONAL 2

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br